MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (HGuSGC-1989)
(Hospital Uaupés / 1922 – Unidade Mista SUSAM / 1994)

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA E A EMPRESA PCI GASES DO BRASIL LTDA

A União/Ministério da Defesa/Exército Brasileiro, por intermédio do **HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA**, com sede na Rua Quintino de Sá Cavalcante, nº 250, Dabarú, CEP: 69.750-000, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, inscrito nos **CNPJ 09.561.263/0001-44** (Unidade Gestora Primária) e **09.561.263/0002-25** (Unidade Gestora Secundária), representado neste ato pelo, Sr. Diretor **ORLANDO GONÇALVES DA FONSECA JÚNIOR,** Tenente-Coronel, Ordenador de Despesas do HGuSGC, nomeado pela Portaria de Pessoal nº 608 – Cmt Ex, de 21 de julho de 2021, publicada no DOU de 22 de julho de 2021, portador do CPF sob nº [redacted] portador da carteira de identidade nº [redacted], doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **PCI GASES DO BRASIL LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.117.877/0001-25, sediada na Rua Bom Jesus de Iguape, nº 5331, Boqueirão, CEP: 81.730-020 em Curitiba/Paraná, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **CELSO RICARDO DOS SANTOS**, portadora da Carteira de Identidade nº [redacted] expedida pela SESP-PR e CPF nº [redacted], tendo em vista o que consta no Processo nº **64598.000625/2023-86** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 03/2023-HGuSGC** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

[redacted]

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva da Usina Geradora de Oxigênio Medicinal tipo VSA (Vacuum Swing Adorption), modelo **DOCS 200** nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital da licitação Pregão nº 03/2023 – HGuSGC (UASG 160545).

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANT.	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	Serviço de Manutenção Corretiva e Preventiva, compreendendo: **a)** verificação dos filtros particulados admissão do blower; **b)** verificação dos filtros particulados de entrada do painel elétrico/ módulo scroll; **c)** verificação da estabilidade da pressão de produção de oxigênio medicinal; **d)** verificação do grau de pureza do oxigênio; **e)** verificação de vazamentos; **f)** verificação de operação dos transdutores de pressão; **g)** verificação do sistema de controle; **h)** verificação e aperto de conexões elétricas; **i)** revisão de sistemas de silenciadores; **j)** substituição das células de medição da concentração de oxigênio, caso necessário; **k)** verificação da temperatura de funcionamento; **l)** análise de ruídos e imediata correção; **m)** verificação da aparência interna / externa a vazamentos, com imediata correção; **n)** inspeção de mangueiras; **o)** verificação da tensão das correias; **p)** limpeza do trocador de calor; **q)** limpeza do condensador com ar comprimido; **r)** emissão de laudo acerca da funcionalidade e operacionalidade da usina, com a descrição de eventuais providências a serem adotadas pelo órgão contratante; **s)** realização de instrução sucinta acerca de como operar a usina, a ser ministrada a integrantes do órgão contratante; e **t)** 04 visitas no período de 12 meses sendo 01 corretiva e 03 preventivas, diárias técnica e mão de obra especializada (passagens aéreas e hospedagens inclusas).	HGuSGC	1	R$ 71.108,00	R$ 71.108,00
VALOR GLOBAL					R$ 71.108,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 26/09/2023 e encerramento em 25/09/2024, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

[redacted]

2.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R$ 71.108,00 (setenta e um mil, cento e oito reais.)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 0001/160545

Fonte: 1444A002FF

Programa de Trabalho: 204566

Elemento de Despesa: 33.90.39

PI: D1DTFNSOUTR

[redacted]

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, casos aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

[redacted]

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Manaus - AM - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Gabriel da Cachoeira - AM, 26 de setembro de 2023.

ORLANDO GONÇALVES DA FONSECA JÚNIOR – Tenente Coronel
Ordenador de Despesas do HGuSGC
Representante legal da CONTRATANTE

[redacted]

CELSO RICARDO DOS SANTOS
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ALOIZIO SILVA DE CARVALHO – Capitão
Fiscal Administrativo do HGuSGC

RAFAEL NOGUEIRA TEIXEIRA– Capitão
Chefe da SALC do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira